

INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR¹

FUNCTIONAL INDEPENDENCE OF STUDENTS WITH PHYSICAL DISABILITY AND ACCESSIBILITY IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

**Rafaela Silveira Passamani², Júlia Teixeira Martins³,
Elisabete Comaretto Gabbi⁴ e Juliana Saibt Martins⁵**

RESUMO

O objetivo desse estudo foi avaliar o nível de independência funcional de alunos com deficiência física e verificar as condições de acessibilidade das escolas em que estão incluídos no ensino regular. A amostra foi composta por alunos, de ambos os sexos, dos seis aos 18 anos de idade, matriculados nas escolas de um município do centro do Rio Grande do Sul. Para avaliar a acessibilidade utilizou-se um questionário adaptado do Ministério Público Federal, para a independência funcional foi utilizada a Medida de Independência Funcional (MIF). Embora a maioria das escolas avaliadas possuam rampas, escadas, corredores, portas e maçanetas adequadas, a acessibilidade dos alunos com deficiência física está, em parte, comprometida devido às barreiras arquitetônicas ainda existentes como acesso difícil desde a rua à falta de sinalização. Os gestores apontaram a dificuldade de alocação de verbas, a carência de profissionais e o acentuado grau de exigências presentes nas normas sobre acessibilidade, como fatores que dificultam uma melhor adequação da escola a fim de oferecer plena acessibilidade para os alunos com deficiência. Caracterizar as capacidades e limitações funcionais dos alunos com deficiências físicas e avaliar as condições de acessibilidade da escola permitem refletir e compreender quais efeitos essas condições podem ocasionar sobre a deficiência e como eles podem repercutir na participação do aluno nas demandas escolares e, conseqüentemente na oportunidade de aprender. Além disso, tais dados possibilitam planejar intervenções e modificações no ambiente para prover maior acessibilidade e colaborar para uma escola mais inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Funcionalidade; Pessoa com deficiência.

ABSTRACT

The objective of this study was to evaluate the degree of functional self-sufficiency of physically disabled students and to verify the conditions of accessibility in the schools where they are included in the mainstream education. The sample was composed by students, males and females, from six to eighteen years old, matriculated in schools of a municipality in the center of Rio Grande do Sul. To evaluate the accessibility an adapted survey from the Federal Public Ministry and for the functional self-sufficiency was used the Functional Independence Measure (FIM). Although most of the schools evaluated have access ramps, staircases, corridors, doors and adjusted doorknobs, the accessibility of students with physical disabilities is, to some extent, affected due to architectural barriers still existent such as hard access from the street and lack of signaling. The managers

1 Trabalho Final de Graduação.

2 Fisioterapeuta graduada pela Universidade Franciscana (UFN). E-mail: rafaelapassamani@gmail.com

3 Fisioterapeuta graduada pela Universidade Franciscana (UFN). E-mail: juliamartinstt@gmail.com

4 Assistente Social. Mestre em Ciências da Saúde e da Vida pela Universidade Franciscana (UFN). E-mail: btgabbi@gmail.com

5 Fisioterapeuta. Professora Adjunta do Curso de Fisioterapia e do Mestrado em Ciências da Saúde e da Vida da Universidade Franciscana (UFN). E-mail: jsaibt@prof.ufn.edu.br

pointed at the struggle to assign funds, lack of professionals and the intensive degree of present demands in the regulations about accessibility, like factors that make harder a better adaptation of the school in order to provide full accessibility for disabled students. Characterizing the capabilities and functional restrictions of physically disabled students and evaluating the accessibility conditions of the school allow to ponder and comprehend which effect those conditions may cause over the disability and how they can rebound in the interest of the student in the educational demands and, therefore in the opportunity of learning. In addition, such data give the option to plan interventions and changes in the ambience to provide the proper accessibility e contribute for a more inclusive school.

Keywords: *Schoolar inclusion. Functionality. Disabled person.*

INTRODUÇÃO

Embora o Censo da Educação Básica tenha revelado um acréscimo de 5% no número de alunos de quatro a 17 anos com deficiências matriculados em classes comuns, nos últimos quatro anos (BRASIL, 2019), sabe-se que esses alunos tendem a alcançar menor desempenho escolar. De fato, as taxas de acesso e permanência na escola, bem como as de aprovação e conclusão do ensino fundamental e médio são significativamente mais baixas do que as de alunos sem deficiências (OMS, 2011).

Essas e outras razões fazem da inclusão escolar um processo desafiador para pais, professores, gestores e para o próprio aluno. A educação inclusiva requer ir além da inserção física do aluno com deficiência em um ambiente comum a todos, é necessário que ele seja parte integrante desse ambiente (PAULA; BALEOTTI, 2011). Nesse sentido, o ambiente no qual o aluno com deficiência está inserido tem influência direta sobre a efetividade da inclusão escolar, pois somado à grande variabilidade de comprometimentos motores, os quais, por si só, interferem na oportunidade de experimentações, vivências e plena participação nas atividades escolares, um ambiente inacessível cria barreiras ainda maiores, dificultando o desenvolvimento e a saúde geral dessas crianças (OMS, 2011).

O Artigo nono da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência garante a participação delas na sociedade em todos os seus aspectos, vivendo de forma independente e com direito ao acesso aos ambientes e às informações (BRASIL, 2007). Assim, a acessibilidade dos alunos com deficiência nas escolas vai além de uma forma de inclusão social, sendo considerada um direito do indivíduo. Assim, um ambiente acessível é fundamental para otimizar a funcionalidade e possibilitar a independência dos alunos com deficiência (CASTRO *et al.*, 2018). De fato, a acessibilidade dos ambientes escolares é reconhecida como um componente indispensável para a inclusão escolar de crianças com deficiência física (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011), visto que quanto maior o comprometimento do aluno em termos de mobilidade, menor a sua participação na escola (GHEDINI; MANCINI; BRANDÃO, 2010).

Qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação nos espaços configura-se como uma barreira arquitetônica (ABNT, 2004). Na escola,

tais elementos impedem ou dificultam a livre circulação dos alunos que possuem alguma incapacidade física, tornando-os mais dependentes, desvalorizando suas potencialidades, dificultando a sua interação com os demais alunos (PAGLIUCA; ARAGÃO; ALMEIDA, 2007) o que culmina com o prejuízo ao aprendizado e à convivência no ambiente escolar.

Dessa forma, para que os alunos com deficiência física se beneficiem do ensino regular, tendo suas necessidades individuais atendidas e sua aprendizagem potencializada, faz-se necessária uma adequação do ambiente, o que implica muitas vezes em modificações da estrutura física da escola para a minimização das barreiras arquitetônicas, quando existentes, bem como a indicação de mobiliário específico e a disponibilidade de recursos pedagógicos adaptados que atendam às suas limitações motoras e possibilitem a participação em sala de aula (PAULA; BALEOTTI, 2011), entre outras providências.

Além do aspecto ambiental, a participação de alunos com deficiência física na escola também é influenciada por sua própria condição individual. A interação entre fatores pessoais e ambientais/contextuais como as crenças e o preconceito, a falta de habilidade dos profissionais e a dificuldade de acesso aos ambientes físicos, aspectos que podem estar presentes no dia a dia escolar, podem resultar em uma redução da funcionalidade e desempenho escolar do aluno com deficiência, repercutindo na sua participação (GHEDINI; MANCINI; BRANDÃO, 2010) e causando prejuízos à sua qualidade de vida (BRASIL, 2007).

Assim é importante conhecer o ambiente escolar, porém torna-se cada vez mais necessário ampliar o foco e abordar a capacidade funcional dos alunos com deficiências e suas consequências, incluindo o impacto sobre sua escolaridade e, a longo prazo, sobre sua qualidade de vida.

O objetivo do estudo foi avaliar o nível de independência funcional de alunos com deficiência física e verificar as condições de acessibilidade das escolas em que estão incluídos no ensino regular de um município do centro do Rio Grande do Sul.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de caráter descritivo, exploratório e com delineamento transversal, aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sob parecer de número 2.966.330.

A amostra foi composta por escolas de um município do Rio Grande do Sul e seus alunos com deficiência física, de ambos os sexos, na faixa etária de seis a 18 anos de idade. A amostra foi selecionada com base na apreciação do Censo Escolar, fornecido pela Secretaria Municipal de Educação do referido município. Foram excluídas do estudo as escolas localizadas fora da zona urbana.

Os pesquisadores promoveram esclarecimentos para os pais acerca dos objetivos da pesquisa e aqueles que aceitaram que seus filhos participassem assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e os alunos capazes responderam ao Termo de Assentimento.

Os dados sociodemográficos dos alunos foram coletados por meio de questionário elaborado pelas autoras. A acessibilidade arquitetônica das escolas foi avaliada utilizando-se uma adaptação do questionário validado pelo Ministério Público Federal, o qual é dividido nos tópicos circulação, rampas, escadas e elevadores, sinalização, mobiliário, sanitários, condições da unidade, acesso aos serviços e fatores causais, sendo este último destinado aos gestores das escolas (BRASIL, 2012). Para a análise das escolas, as autoras elaboraram um escore de acessibilidade, que contemplou o domínio circulação, rampas, escadas, mobiliário e sanitários. Com exceção das avarias nas rampas, todos os outros tópicos foram pontuados com “1” para aqueles cuja resposta foi sim e “zero” para aqueles em que a resposta foi não, de modo que o escore máximo foi de 13 pontos, sendo que quanto maior o somatório, melhor a acessibilidade.

Para avaliar a independência funcional foi utilizada a Escala de Medida da Independência Funcional (MIF), instrumento composto por 13 domínios motores e cinco relacionados à capacidade cognitiva. Neste estudo foi avaliado apenas o componente motor, que envolve o autocuidado, o controle dos esfíncteres, a locomoção e a transferência totalizando no máximo, 96 pontos (RIBERTO *et al.*, 2004). Para os alunos com paralisia cerebral foi aplicado, adicionalmente, o Sistema de Classificação da Função Motora Grossa (GMFCS), que avalia a gravidade do comprometimento neuromotor de acordo com a faixa etária (PALISANO *et al.*, 1997). As avaliações foram realizadas por um único examinador, após treinamento com o material traduzido e adaptado, de maneira observacional e/ou questionado aos pais, quando não foi possível realizar a observação.

As variáveis estudadas foram tratadas por meio de estatística descritiva, utilizando o programa SPSS, versão 23.0.

RESULTADOS

A amostra foi composta por 12 escolas municipais e 14 alunos, os quais contemplaram todos os critérios do estudo. A acessibilidade das 12 escolas foi avaliada por meio de sete domínios, que são mostrados na tabela 1.

Quanto à circulação, metade das escolas avaliadas não eram acessíveis desde a rua até o seu interior. A maioria das escolas avaliadas possuía corredores acessíveis com a largura mínima de 1,50 m. Metade delas apresentava as maçanetas adequadas em todas as portas e 58,3% cumpriam o vão livre mínimo de 0,80 m.

Quase todas as escolas atendiam os alunos em mais de um pavimento ou andar, porém nenhuma possuía elevadores ligando os pavimentos utilizados pelos alunos. 11 escolas apresentavam rampas e escadas, sendo que seis escadas possuíam corrimões em ambos os lados. A respeito das rampas, grande parte possuía largura mínima de 1,20m.

Tabela 1 - Domínios referentes à acessibilidade das escolas (n=12).

Domínios	Sim/adequada n (%)	Não/inadequada n (%)
Circulação		
Circulação desde a rua	6 (50)	6 (50)
Largura de corredores	10 (83,3)	2 (16,7)
Maçanetas do tipo alavanca	6 (50)	6 (50)
Largura das portas	7 (58,3)	5 (41,7)
Rampas, Escadas e elevadores		
Mais de um pavimento	11 (91,7)	1 (8,3)
Rampas	11 (91,7)	1 (8,3)
Largura das rampas	8 (72,7)	3 (27,3)
Inclinação das rampas	7 (63,6)	4 (36,4)
Avarias rampas	4 (36,4)	7 (63,6)
Elevador		12 (100)
Escadas	11 (91,7)	1 (8,3)
Corrimão/escadas	5 (45,5)	6 (54,5)
Sinalização		
Mapa e piso tátil		12 (100)
Sinalização em Braille		12 (100)
Fonte ampliada		12 (100)
Mobiliário		
Mesas	5 (41,7)	7 (58,3)
Sanitários		
Banheiro acessível	10 (83,3)	2 (16,7)
Barras no banheiro	6 (60)	4 (40)
Acesso aos serviços		
Atendente em libras	6 (50)	6 (50)

LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais

Fonte: Elaborada pelos autores

Nenhuma das escolas apresentava sinalização e um pouco mais que a metade não possuía mesas adequadas para a utilização por pessoas em cadeiras de rodas.

Dos 14 alunos avaliados, seis eram do sexo feminino e oito do sexo masculino, com média de idade de $12,9 \pm 2,5$ anos, variando de oito a 16 anos. Em relação aos diagnósticos registrados nas escolas, três apresentavam malformações congênitas de membros, um apresentava hidrocefalia com dificuldades motoras, um possuía hidrocefalia e mielomeningocele, um apresentava transtorno global de desenvolvimento e oito alunos possuíam paralisia cerebral (PC). Dentre aqueles com PC, a função motora grossa de um deles foi classificada no nível II, dois no nível III e um no nível V, de acordo com a GMFCS. Além disso, dos 12 alunos, 10 eram usuários de cadeira de rodas e apenas dois eram deambuladores.

Sobre a independência funcional, a média do escore motor da MIF foi de 48 pontos, sendo a menor pontuação 13 e a maior 91. Apenas um aluno apresentou a pontuação máxima, que nesse estudo foi de 91 pontos.

O escore de acessibilidade, a pontuação final da MIF e o diagnóstico dos alunos, são demonstrados na tabela 2.

Tabela 2 - Escores de independência funcional dos alunos avaliados e escore de acessibilidade de suas respectivas escolas.

Diagnóstico dos alunos	Escore de Independência funcional	Identificação da Escola	Escore de acessibilidade
Transtorno global do desenvolvimento	17	A	7
Paralisia cerebral	28	A	7
Malformação congênita de membros	85	B	7
Hidrocefalia e Mielomeningocele	45	B	7
Hidrocefalia	31	C	7
Malformação congênita de membros	91	C	7
Paralisia Cerebral	13	D	12
Paralisia Cerebral	78	E	10
Malformação congênita de membros	90	F	7
Paralisia Cerebral	52	G	8
Paralisia Cerebral	18	H	5
Paralisia Cerebral	64	I	6
Paralisia Cerebral	32	J	9
Paralisia Cerebral	26	K	6

Fonte: Elaborada pelos autores

Quando os gestores foram questionados sobre os fatores que dificultariam a adequação da escola para que ela pudesse ofertar plena acessibilidade para os alunos com deficiência, o fator mais citado foi a falta de alocação de verbas para a realização das obras ou adaptações necessárias, seguido pelo tópico carência de profissionais, com 50% das respostas. Também foi mencionado o acentuado grau de exigências presentes nas normas sobre acessibilidade.

Este estudo demonstrou que metade dos gestores das escolas apontaram a carência de profissionais como um fator de impedimento para a plena acessibilidade escolar, e também metade das escolas não possuíam professores com formação em LIBRAS.

DISCUSSÃO

Acessibilidade pode ser compreendida como o quanto um ambiente permite condições de circulação, acesso e utilização de seus recursos para todos os indivíduos, independentemente da sua condição física, de modo que possam exercer com autonomia sua participação e utilizar os espaços, sejam eles edificações, mobiliários ou equipamentos urbanos (BRASIL, 2000). Este estudo mostrou que a acessibilidade dos alunos com deficiência física nas escolas avaliadas está, em parte, comprometida devido às barreiras arquitetônicas existentes. As barreiras arquitetônicas impostas às pessoas com deficiência são formadas por todo e qualquer entrave relacionado às construções urbanas ou às edificações, que impedem o exercício de um dos mais básicos direitos de um cidadão, que é deslocar-se livremente.

A presença de escadas, degraus altos, banheiros não adaptados, portas e elevadores estreitos constituem parte dos inúmeros exemplos de barreiras arquitetônicas (SIQUEIRA *et al.*, 2009).

A maioria das escolas avaliadas possuía corredores acessíveis com a largura mínima de 1,50 m, sendo essa medida a indicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para corredores de uso público. Esse Órgão também determina que as portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca. Nesse sentido, cerca da metade das escolas apresentavam as maçanetas adequadas em todas as portas e cumpriam o vão livre mínimo preconizado pelas normas técnicas (CORTEZ; SILVA, 2002). Embora apenas metade das escolas tivessem rampas, necessárias ao deslocamento dos alunos com deficiência física, essas possuíam corrimão em ambos os lados e a maioria possuía largura mínima de acordo com a recomendação do Órgão regulamentador.

Ainda conforme a ABNT (CORTEZ; SILVA, 2002), 1% do total de mesas das salas deve ser acessível para alunos cadeirantes. No presente estudo, pouco menos que a metade das escolas avaliadas possuía mesas adequadas para a utilização por pessoas em cadeiras de rodas. A maioria das escolas apresentava banheiros acessíveis, porém nem todos eram plenamente adaptados, alguns não apresentavam barras de apoio na lateral e no fundo do vaso sanitário. Nesse sentido, a ABNT sugere que pelo menos 5% dos sanitários dos alunos, sendo no mínimo um sanitário para cada sexo, deva ser acessível.

O ambiente apresenta-se como um fator determinante na saúde das pessoas com deficiência, podendo representar uma forma de barreira ou um facilitador para a sua participação e funcionalidade. Assim, a plena acessibilidade é essencial para promover a independência dos alunos com deficiência física e potencializar a inclusão escolar, pois os locais inacessíveis reduzem a funcionalidade dos indivíduos, repercutindo negativamente na sua vida (ATHAYDE; MANCUZO; CORRÊA, 2017; RIMMER *et al.*, 2017). Neste estudo, dos três alunos que obtiveram as piores pontuações na MIF, ou seja, cuja independência funcional era mais prejudicada, dois estudavam em escolas com o menor escore de acessibilidade. Entretanto, os alunos que apresentaram os melhores resultados na MIF, também estudavam nas escolas com o menor escore. Embora este estudo não tenha apontado a relação do ambiente escolar com a independência funcional dos alunos com deficiência física, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) entende que as consequências da deficiência, no seu sentido mais amplo, dependem da interação entre o ambiente físico e social no qual as pessoas estão inseridas, podendo afetar a sua independência e funcionalidade (OMS, 2004).

O resultado da interação entre os fatores do contexto pessoal, social e ambiental da pessoa com deficiência pode dificultar ou impedir a sua participação social se configurar-se como um elemento de barreira no desenvolvimento e na funcionalidade. Nesse contexto, a acessibilidade arquitetônica é um fator importante para a relação entre o indivíduo e o ambiente (GAMACHE *et al.*, 2019; OMS, 2004). Estudo que investigou o efeito moderador do ambiente na relação entre mobilidade e participação escolar de 102 alunos brasileiros com PC, com idade entre 6 e dezoito anos com função motora grossa

dos níveis I, II e III no Sistema de Classificação da Função Motora Grossa (GMFCS), mostrou que a percepção de barreiras afetou individualmente a participação desses alunos, entretanto não foi comprovada moderação do ambiente (FURTADO *et al.*, 2015). Rosenberg *et al.*, (2012) avaliou a percepção dos pais de crianças com deficiências sobre os fatores ambientais como barreiras à participação de 79 crianças com idade pré-escolar e incapacidade leve e apontou que os fatores ambientais possuem colaboração significativa para a independência na participação e que os pais constataram como pouco restritivos os fatores ambientais em relação à participação escolar de seus filhos. Porém, conforme o modelo da CIF, há uma relação direta entre o indivíduo, suas condições de saúde e seu contexto social e ambiental, e essa relação pode interferir na sua funcionalidade e participação (OMS, 2004).

A educação inclusiva de alunos com deficiência física não pode ser entendida apenas como a sua inserção na sala de aula. Pelo contrário, incluir esse aluno requer transformações profundas em todo o processo de ensino aprendizagem, as quais exigem o envolvimento e a participação efetiva dos pais, professores e gestores, uma atuação eficiente do governo, a capacitação dos professores, além de aceitação e respeito às diferenças por todos os envolvidos no processo de inclusão (LOCKMANN; MACHADO; FREITAS, 2017; SILVA; CARVALHO, 2017). Para que a inclusão ocorra, de fato, no espaço escolar, é necessário haver mudança de atitudes e de práticas tradicionais, com adaptações curriculares, metodológicas, pedagógicas, avaliativas e outras (FERREIRA, 2016).

É importante mencionar que o aluno com deficiência física apresenta anseios, desejos, expectativas e espera, como qualquer indivíduo, oportunidades, segurança e respeito. Assim toda a sociedade, e não somente a escola, deve colaborar para uma vida inclusiva e sem barreiras, onde os direitos e deveres sejam cumpridos e que seja assegurada a oportunidade para adequado desenvolvimento social, físico e intelectual (PARK; KIM, 2017).

Assim, a inclusão escolar efetiva constitui-se o primeiro passo para que os alunos com deficiência física tenham oportunidades igualitárias e uma educação socialmente justa. Entretanto, para que ela ocorra, além da colaboração de todos, é necessário também potencializar as habilidades e minimizar as limitações de cada aluno, promovendo a sua participação nas atividades da escola. Por fim, a escola exerce um papel fundamental no envolvimento social desses alunos, e quando esse papel é realizado com êxito, impacta positivamente na sua saúde e qualidade de vida (PIŠKUR *et al.*, 2017).

O presente estudo mostrou que as barreiras arquitetônicas existentes nas escolas avaliadas comprometem a acessibilidade dos alunos com deficiência física, o que se configura como um ponto forte, pois esse resultado sinaliza a necessidade de ações voltadas à melhora do contexto ambiental dentro desses ambientes. Como limitação do estudo, destaca-se o tamanho da amostra, já que parte dos pais ou responsáveis pelas crianças com deficiência matriculadas não aderiu à pesquisa. Assim, outros estudos com a mesma temática tornam-se necessários para avaliar de modo mais consistente a acessibilidade escolar no referido município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caracterizar as capacidades e limitações funcionais dos alunos com deficiências físicas e avaliar as condições de acessibilidade da escola permitem refletir e compreender quais efeitos essas condições podem ocasionar sobre a deficiência e como podem repercutir na participação do aluno nas demandas escolares e, conseqüentemente na oportunidade de aprender. Além disso, tais dados possibilitam planejar intervenções e modificações no ambiente para prover maior acessibilidade e colaborar para uma escola mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. 97p.

ATHAYDE, F.; MANCUZO, E.V.; CORRÊA, R.A. Influência ambiental sobre a incapacidade física: uma revisão sistemática da literatura. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 11, p. 3645-3652, 2017.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 2007.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Educação Básica**, 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acessibilidade nos órgãos públicos federais**. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo. Brasília, 2012.

CASTRO, G. G. *et al.* Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: acessibilidade e adaptações estruturais. **Revista de Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 93-105, 2018.

CORTEZ, R.V.; SILVA, M.B. **Espaços educativos**. Ensino fundamental. Subsídios para elaboração de Projetos e Adequação de edificações escolares. Brasília: FUNDESCOLA/ MEC, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3AhXOKD>. Acesso em maio 2019.

FERREIRA, D.C.K. Salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede regular pública de ensino paranaense: desafios, limites e possibilidades do paradigma inclusivo. **Revista de Educação Especial**, v. 29, n. 55, p. 281-294, 2016.

FURTADO, S.R. *et al.* Moderating effect of the environment in the relationship between mobility and school participation in children and adolescents with cerebral palsy. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 19, n. 4, p. 311-19, 2015.

GAMACHE, S. *et al.* Mapping review of accessible pedestrian infrastructures for individuals with physical disabilities. **Disability and Rehabilitation**, v. 14, n. 4, p. 410-422, 2019.

GHEDINI, L.S.L.; MANCINI, M.C.; BRANDÃO, M. de B. Participação de alunos com deficiência física no contexto da escola regular-revisão de literatura. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 1-9, 2010.

LOCKMANN, K.; MACHADO, R.M.; FREITAS, D.D. A inclusão, a escola e a subjetivação docente. Analisando o contexto do município do Rio Grande. **Educação em Revista**, v. 33, e154132, 2017.

MAZZOTTA, M.J.S.; D'ANTINO, M.E.F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 377-389, 2011.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial sobre a Deficiência. Brasil: São Paulo, 2011.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Portugal: Lisboa, Direcção Geral da Saúde; 2004.

PAGLIUCA, L.M.F.; ARAGÃO, A.E.A.; ALMEIDA, P.C. Acessibilidade e deficiência física: identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Ceará. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, v. 41, n. 4, p. 581-588, 2007.

PALISANO, R. *et al.* Gross Motor Function Classification System for cerebral palsy. **Developmental Medicine and Child Neurology**, v. 39, n. 4, p. 214-223, 1997.

PAULA, A.F.M.de; BALEOTTI, L.R. Inclusão escolar do aluno com deficiência física: contribuições da terapia ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 19, n. 1, p. 53-69, 2011.

PARK, Y.K.; KIM, J.H. Analysis of prejudices and attitudes of students in the department of physical therapy against people with disabilities. **Journal of Physical Therapy Science**, v. 29, n. 12, p. 2168-2171, 2017.

PIŠKUR, B. *et al.* Daily actions, challenges, and needs among Dutch parents while supporting the participation of their child with a physical disability at home, at school, and in the community: a qualitative diary study. **BMC Pediatrics**, v. 17, n. 12, p. 1-11, 2017.

RIBERTO, M. *et al.* Validação da Versão Brasileira da Medida de Independência Funcional. **Acta Fisiátrica**, v. 11, n. 2, p. 72-76, 2004.

RIMMER, J.H. *et al.* Fitness facilities still lack accessibility for people with disabilities. **Disability and Health Journal**, v. 10, n. 2, p. 214-21, 2017.

ROSENBERG, L. *et al.* Perceived environmental restrictions for the participation of children with mild developmental disabilities. **Child: Care Health and Development**, v. 38, n. 6, p. 836-43, 2012.

SILVA, N.C.; CARVALHO, B.G.E. Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 2, p. 293-308, 2017.

SIQUEIRA, F.C.V. *et al.* Barreiras arquitetônicas a idosos e portadores de deficiência física: um estudo epidemiológico da estrutura física das unidades básicas de saúde em sete estados do Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 39-44, 2009.

